

Olhares da imprensa alternativa sobre a reserva de mercado de minicomputadores no Brasil dos anos 1970

Alberto Jorge Silva de Lima¹[0000-0001-5808-1614]

¹ Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro RJ, Brasil
alberto.lima@cefet-rj.br

Resumo. A imprensa alternativa brasileira notabilizou-se como conjunto de veículos que, mesmo sob forte censura e repressão, realizava coberturas que funcionavam como um contraponto às narrativas produzidas pela ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Este trabalho apresenta considerações iniciais sobre os olhares que a imprensa alternativa lançou para a reserva de mercado de minicomputadores nos anos 1970. Apesar da oposição que mantinham à ditadura, em suas matérias sobre o tema, esses veículos de imprensa apontavam, invariavelmente, para a defesa da reserva de mercado, sobretudo em sua primeira fase (1976-1979), em torno do ideal de autonomia tecnológica frente ao capital internacional. Ao mesmo tempo, essa defesa não era realizada sem tensões e desconfianças dos jornalistas para com os militares e com o Governo, o que reforça a tese sobre o caráter *sui generis* do coletivo organizado em torno da reserva de mercado, nos termos cunhados pelo pesquisador – e protagonista dessa experiência – Ivan da Costa Marques, para marcar o caráter improvável e contingencial dessa articulação. As matérias utilizadas como fontes neste trabalho foram selecionadas a partir de pesquisa no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, e envolvem veículos como os jornais Opinião e Movimento.

Palavras-chave: Reserva de mercado, Brasil, imprensa alternativa.

1 Introdução

A historiografia da informática no Brasil apresenta diversos exemplos de uso de fontes da imprensa, em estudos com foco (a) em debates parlamentares sobre as leis de informática [1]; (b) na publicidade dos primeiros computadores nacionais construídos sob a égide da reserva de mercado [2]; (c) nas imbricações entre os termos informação, informática e computadores, entre 1960 e 1970 [3]; e (d) nas diferenças entre as retóricas da ditadura civil-militar e dos protagonistas da reserva de mercado [4].

A maior parte dessas fontes de imprensa compreende matérias em veículos especializados em informática ou, então, em periódicos de grande circulação da época. Este artigo apresenta considerações iniciais sobre pesquisa que se debruçou sobre uma fonte de imprensa ainda não explorada, a saber, a chamada imprensa alternativa brasileira dos anos 1970 – conjunto de veículos que, mesmo sob forte censura, procuravam se posicionar como um contraponto às narrativas produzidas pela ditadura civil-militar¹. Neste texto, estão registradas matérias dos jornais Movimento e Opinião que se debruçaram

¹ Para mais detalhes sobre a imprensa alternativa no período da ditadura civil-militar, ver [5].

sobre a questão da informática nos anos 1970. As matérias foram selecionadas a partir de buscas no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional e versam, principalmente, sobre o processo de concorrência pública para fabricação de minicomputadores no Brasil, estabelecido em 1977 pela Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (CAPRE), agência brasileira ligada ao Governo Federal que detinha as atribuições de estudo, mapeamento e controle do setor de informática brasileiro no período da reserva de mercado.

2 O computador nacional nas páginas de resistência

Em 12 de março de 1976, por exemplo, o jornal *Opinião* registrou com destaque os debates que norteariam o seminário Dependência Tecnológica na área de Processamento de Dados, que a Sociedade de Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários (SUCESU)² organizaria naquele mês no Rio de Janeiro. Além de destacar a participação de técnicos atuantes no setor, vindos de universidades e de órgãos do governo (UFRJ, USP, PUC Rio, SERPRO, CAPRE e DIGIBRÁS), o semanário destacava o consenso entre esses técnicos e o governo sobre a necessidade de superação do quadro de dependência econômica e tecnológica do país no setor de processamento de dados. Para o jornal, entretanto, o governo apresentava uma posição contraditória com essa posição, por defender como saída “uma política de associação com empresas privadas, nacionais ou não, sob o controle acionário do empreendimento particular” [6]. No mesmo artigo, o jornal destacava os diversos projetos de informática desenvolvidos em universidades e no SERPRO como exemplos da existência de “uma tecnologia brasileira na área de computadores, que precisa[va] ser desenvolvida e não asfixiada por via de associação com empresas estrangeiras”³.

Já em fevereiro de 1977, o jornal *Movimento* ecoaria a resolução que o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) aprovara naquele ano estabelecendo diretrizes para a autorização de projetos de fabricação de minicomputadores no país, fato que o jornal interpretava como uma “uma definição política do governo em relação ao problema” [7]⁴. Para o jornal, a resolução representava uma vitória do bloco ligado aos ideais de autonomia tecnológica, traduzido como uma corrente “composta de pesquisadores, professores universitários, usuários de computador, membros das

² A SUCESU foi fundada em 1965 na cidade do Rio de Janeiro, tornando-se uma entidade nacional em 1969, com regionais em diversos estados. Uma parte de seus sócios correspondia a empresas que atuavam no setor de processamento de dados como *bureaus* de serviços, oferecendo recursos computacionais a terceiros através de Centros de Processamento de Dados (CPDs).

³ O artigo destacava o projeto de Concentrador de Teclados (SERPRO), o computador G-10 (USP e PUC Rio), o terminal programável e o Processador de Ponto Flutuante (UFRJ) e projetos semelhantes na UFRGS e na UFMG.

⁴ As diretrizes do CDE compreendiam um baque aos interesses das multinacionais, atribuindo prioridade a projetos de computadores e periféricos com maior índice de nacionalização, potencial de exportação, transferência tecnológica para empresas nacionais (no caso de joint ventures com multinacionais) e controle acionário majoritário no país. Para detalhes, consultar a Resolução n. 5 de 1977 do CDE, disponível em <http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CNPq.T.4.3.003/CNPq.T.4.3.003_0037.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2023.

Forças Armadas [e] empresários ligados a firmas nacionais”, contra as investidas das multinacionais, sobretudo a IBM, em manter sua posição de monopólio do mercado e do domínio da tecnologia de computadores.

As tensões em torno da reserva de informática foram registradas novamente em junho de 1977 nas páginas da imprensa alternativa, com menção às divergências que opunham, no Conselho Plenário da CAPRE, o presidente do CNPq, José Dion de Mello Telles, aos demais membros do colegiado, em torno da proposta da IBM de fabricação de seu computador System /32 no país. Segundo o artigo publicado em Movimento, Telles argumentava que a IBM vinha prestando serviços ao país “há mais de cinquenta anos e que mereceria por isso um tratamento especial” [8], motivo que, somado às pressões da empresa multinacional, teria levado o então ministro do Planejamento, Reis Velloso, a tomar para si a decisão – ou, como já destacado pela historiografia –, a levar a decisão para o espaço ministerial, uma vez que o projeto da IBM não atendia os critérios de fabricação então vigentes no país [9].

A concorrência para a fabricação dos minicomputadores, que se seguira às hesitações do governo em dizer um não categórico à IBM, fez-se presente em 25 de setembro de 1977, quando o jornal Movimento ecoou a nota que a própria CAPRE emitira dias antes, atestando a possibilidade de vitória das propostas que eventualmente não atendessem o critério de controle nacional do capital, em contraposição ao que havia sido estabelecido pela própria agência e pelo CDE. Para o jornal, a nota representava “um recuo, uma concessão a mais feita às grandes empresas estrangeiras [bem como um] fortalecimento das posições de alguns ministros da ditadura – de abertura e facilidade de entrada do capital internacional no país” [10].

Todavia, os jornalistas da imprensa alternativa ficaram surpresos com os rumos tomados pela concorrência, que decidira negar às multinacionais que dominavam o mercado de informática no Brasil a possibilidade de fabricarem minicomputadores no país [11]. Para a Associação dos Profissionais de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro (APPD-RJ), contudo, a vitória dos nacionalistas tecnológicos havia sido parcial, pois seria preciso garantir que, ao longo do processo, o controle acionário das novas empresas permanecesse no país e que o processo de transferência tecnológica se traduzisse efetivamente em desenvolvimento autônomo e local de tecnologia [12].

3 Considerações provisórias

Naqueles anos de crises econômica e política – associadas também ao notório enfraquecimento da ditadura civil-militar – a imprensa alternativa reconhecia na reserva de mercado uma experiência que apontava para a construção de um Brasil capaz de desenvolver localmente as tecnologias de informática. Em jogo, estavam não somente as questões de ordem econômica, mas a soberania do país – em virtude da profusão dos computadores em diversos setores do governo e das atividades econômicas –, e a manutenção de empregos qualificados no país.

As matérias aqui destacadas reconhecem explicitamente os elementos da rede sociotécnica envolvida com a experiência, além de suas fragilidades e tensões, com destaque para a desconfiança no próprio governo e suas relações historicamente benevolentes com o capital, sobretudo internacional. O clima de cautela e ponderação nos títulos das matérias é uma evidência desse diagnóstico, fruto não somente do ethos de esquerda que permeava as redações dos veículos, mas também da fragilidade inerente

do coletivo diverso e *sui generis* que sustentava a reserva de mercado [13], articulada dentro dos limites de uma ditadura militar, e que tinha como missão principal dar vida a máquinas autóctones sob os olhos e tentáculos vigilantes de gigantes do setor e do próprio governo dos EUA.

Divulgação de Interesses. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

1. Cukierman, H.L., de Castro, R.G., Alves, L.A. da S.: Os debates parlamentares das leis de informática (1984, 1991, 2001, 2004). In: Memorias del II Simposio de Historia de la Informática en América Latina y el Caribe. XXXVIII Conferencia Latinoamericana en Informatica, CLEI, IEEE, Medellin (2012).
2. Cukierman, H.L.: A publicidade dos minicomputadores made in Brazil e a experiência da reserva de mercado dos anos 70/80. In: Ezzatti, P. and Delgado, A. (eds.) Memorias del III Simposio de Historia de la Informática de América Latina y el Caribe (SHIALC 2014). pp. 17–28. Universidad de La República, Montevideo (2014).
3. Silva, M.R.B. da: Informática, informação, computadores: as notícias do jornal O Estado de São Paulo, 1965-1970. In: Ezzatti, P. and Delgado, A. (eds.) Memorias del III Simposio de Historia de la Informática de América Latina y el Caribe (SHIALC 2014). Universidad de La República, Montevideo (2014).
4. Silva, M.R.B. da: O computador brasileiro na revista Dados e Ideias e na imprensa: uma proposta de futuro do passado da informática no Brasil. In: Memórias do V Simpósio de História da Informática na América Latina e Caribe. pp. 403–421. Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (2018).
5. Kucinski, B.: Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. Scritta Editorial, São Paulo, SP (1991).
6. Um seminário a favor da tecnologia nacional, <http://memoria.bn.br/DocReader/123307/4033>, (1976).
7. Problemas na computação, <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=318744&Pesq=CAPRE&pagfis=1742>, (1977).
8. Gomes, M.: A IBM quer o mercado, <http://memoria.bn.br/DocReader/318744/2062>, (1977).
9. Vianna, M.: Entre burocratas e especialistas: a formação e o controle do campo da Informática no Brasil, <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6980>, (2016).
10. Leme, R.P.: Um passo atrás?, <http://memoria.bn.br/DocReader/318744/2376>, (1977).
11. Gomes, M.: A IBM fora do páreo?, <http://memoria.bn.br/DocReader/318744/2641>, (1977).
12. Minicomputadores: vitória parcial, <http://memoria.bn.br/DocReader/318744/2682>, (1978).
13. Marques, I. da C.: Minicomputadores brasileiros nos anos 1970: uma reserva de mercado democrática em meio ao autoritarismo. História Ciênc. Saúde-Manguinhos. 10, 657–681 (2003). <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000200008>.